

# Votação de salários fica para depois

O Congresso Nacional vai votar hoje, amanhã e sexta-feira três das cinco medidas provisórias baixadas pelo Governo durante o recesso parlamentar: as que tratam do Imposto Territorial Rural (ITR), da privatização do Lloyd Brasileiro e a que institui a livre negociação entre escolas e pais de alunos para cobranças das mensalidades escolares. As outras duas, sobre política salarial e aluguel de imóveis, serão votadas nos dias 22, 23 e 24 de janeiro.

A partir das 11h de hoje, os líderes voltam a se reunir para discutir o mérito de cada uma das medidas provisórias, e desde já os líderes dos partidos de esquerda adiantam que dificilmente haverá qualquer acordo com o Governo. Isto significa que todas as medidas serão decididas pelo voto em plenário. "Não adianta nada fechar qualquer tipo de acordo, porque o Governo não cumpre. O maior exemplo disso foi a questão do regime único para o servidor público, quando o

projeto final teve inclusive a participação do Governo. No final, o presidente Collor vetou vários pontos, descumprindo o acordo firmado inclusive pelo secretário de Administração, João Santana", disse o líder do PT, deputado Gumercindo Milhomem.

A medida provisória que institui o Imposto Territorial Rural tem a oposição tanto da direita, representada pelo PDS e pelo PFL, como da esquerda. Os artigos mais polêmicos para a direita

são o de número 4, 5 e 15. O quarto estabelece a alíquota a ser cobrada de acordo com a área útil não utilizada do latifúndio. Ou seja, torna progressiva a taxação sobre os latifúndios de acordo com sua improdutividade. O artigo 5º estabelece que os proprietários de glebas rurais de área igual ou inferior a 25 hectares quando o proprietário e explorador não possuir outra propriedade. O artigo 15º estabelece que um funcionário do Incra

determinará se uma propriedade é ou não produtiva.

As mensalidades escolares, de acordo com a proposta do Governo, passam a ter livre negociação entre pais e escolas, enquanto nas datas-base de professores e funcionários 70 por cento do índice obtido pelos profissionais serão repassados às mensalidades. A emenda que privatiza ou extingue o Lloyd tem a oposição das esquerdas porque trata-se de uma empresa que acabou de receber uma injeção de recursos do próprio Governo. A oposição tentará derrubar todas em plenário.

As outras duas, que ficarão para os dias 22, 23 e 24, mesmo que sejam derrubadas em plenário, bastará ao Governo reeditá-las assim que se reiniciem os trabalhos parlamentares, no dia 1º de fevereiro. A esquerda defende o projeto de conversão do deputado Tidei de Lima, que institui a prefixação de preços e salários, em vez da livre negociação proposta pelo Governo.

JEFFERSON PINHEIRO



Ulysses e Scalco contam parlamentares: o Congresso obtém